

MUNIÇÃO ELEITORAL

Fachin vê risco de 'violência política' e limita decretos de Bolsonaro sobre armas



Combustível. Manifestação a favor da liberação das armas em 2020; auxiliares de Bolsonaro afirmam que a decisão de Fachin tem potencial de acirrar os ânimos às vésperas dos atos de 7 de setembro

MARIANA MUNIZ, JUSSARA SOARES E ALICE CRAVO
politic@oglobo.com.br
#na518

Dois dias dos atos convocados pelo presidente Jair Bolsonaro no 7 de Setembro, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu trechos de decretos que facilitavam o acesso a armas e munições no país. Ao justificar as medidas, Fachin citou o risco de violência política na campanha eleitoral deste ano. O armamento da população é uma das bandeiras eleitorais de Bolsonaro, que editou uma série de normas para facilitar a aquisição dos equipamentos.

Entre outros pontos, o ministro do STF derrubou a regra que dispensava o interessado em adquirir uma arma de fogo de comprovar que realmente precisa dela. A norma

estabelecia que, no ato da compra, bastava apresentar uma autodeclaração. Agora, volta a exigência de análise pela Polícia Federal, que tem o poder de negar o registro. Ele também suspendeu decreto que ampliou quantidade de munição que atiradores desportivos poderiam adquirir ao longo do ano — 600 unidades, divididas entre diferentes calibres de armamentos. Em seu despacho, o magistrado não fixou um limite, mas disse ser preciso respeitar uma quantia que "garanta apenas o necessário à segurança dos cidadãos".

O ministro é o re-

Fachin.
Suspensão de regras que facilitam acesso a armas



NELSON JR./SC0/STF/31-08-2022

lator de três ações — duas delas apresentadas pelo PSB e outra pelo PT — que questionam os decretos de Bolsonaro. O PSB argumentou, por exemplo, que os atos do presidente confrontam dispositivos do Estatuto do Desarmamento, lei aprovada em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Essas ações começaram a ser julgadas pelo plenário virtual do STF em 2021, mas a análise foi paralisada há quase um ano por um pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Nunes

Marques — o primeiro indicado por Bolsonaro à Corte. Ao suspender trechos dos decretos, Fachin atendeu aos pedidos de forma liminar (temporária)

A DECISÃO DE FACHIN

Efetiva necessidade

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu trecho de decreto que dispensava a pessoa interessada em adquirir uma arma de fogo de comprovar que realmente precisa dela, bastando uma autodeclaração. A norma anterior, que agora volta a ser válida, atrela a licença à uma avaliação da Polícia Federal sobre a efetiva necessidade, podendo negar a autorização.

Quantidade de munições

Em outra decisão, Fachin derrubou norma que previa a quantidade de munições que cada atirador desportivo poderia adquirir de acordo com o calibre

da arma. O presidente Jair Bolsonaro havia ampliado esse quantitativo para 600 unidades por ano. O ministro não fixa um novo limite, mas diz que deve respeitar "aquilo que, de forma diligente e proporcional, garanta apenas o necessário à segurança dos cidadãos".

Estatuto do Desarmamento

O ministro fixa a tese que qualquer decreto presidencial que trate sobre o tema deve seguir o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003. Segundo ele, "a posse de armas de fogo só pode ser autorizada às pessoas que demonstrem concretamente, por razões profissionais ou pessoais, possuírem efetiva necessidade".

sob o argumento de que a proximidade das eleições torna a medida urgente. "Passado mais de um ano e à luz dos recentes e lamentáveis episódios de violência política, cumpre conceder a cautelar a fim de resguardar o próprio objeto de deliberação desta Corte", escreveu o ministro.

ACIRRAMENTO DOS ÂNIMOS

A decisão de Fachin foi recebida com críticas por aliados de Bolsonaro, que afirmam ver na medida "provocação" do Judiciário às vésperas dos atos de 7 de Setembro. No ano passado, as manifestações da data foram marcadas por ataques ao Supremo.

— É lamentável, porque isso atrapalha cada vez mais o relacionamento entre os Poderes. Consideramos que há uma interferência direta tanto no Executivo quanto em várias outras questões no Legislativo — disse o líder da bancada da bala, deputado Capitão Augusto (PL-SP), que é aliado do governo.

Em conversas reservadas, auxiliares do presidente afirmam que a decisão de Fachin tem o potencial de acirrar os ânimos e que dificilmente o presidente deixará de usar o episódio para atacar novamente a Corte. Os chamados CACs (caçadores, atiradores colecionadores) são uma das bases eleitorais de Bolsonaro.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) convocou ontem, em postagem no Twitter, donos e frequentadores de clubes de tiro, além de proprietários de armas de fogo, a se tornarem "voluntários do Bolsonaro", na campanha pela reeleição do presidente.

No fim de semana, Bolsonaro já deu demonstrações de que suspendeu a tregua com a Corte ao criticar a operação autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, contra empresários bolsonaristas. Sem mencionar nomes, Bolsonaro falou que há "um vagabundo atrás da árvore ouvindo a nossa conversa" e "mais vagabundo é quem dá canetada".

Na noite de ontem, Moraes foi autor de outro revés para o governo ao negar um pedido para divulgar propaganda sobre a "Semana Brasil", que ocorre em razão do feriado da Independência e foi criada em 2019 para rivalizar com a "Black Friday". O ministro entendeu que a veiculação da peça estatal não é urgente e não representa motivo para contornar a proibição de propaganda institucional imposta pela Lei das Eleições.